

Construindo um campo de conhecimento na história.

Ana Alice Alcântara Costa

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7859802314913314>

O texto a seguir é a transcrição adaptada de uma palestra proferida por Ana Alice Alcântara Costa em 12.05.2014.

Boa noite! A honra é minha de estar aqui, hoje, em especial porque não sou historiadora e começando um evento com gênero e história, achei isso muito significativo, no sentido de que eu acho que mesmo não sendo uma historiadora eu, de certa forma, tenho contribuído para essa área de conhecimento. Nós vamos falar um pouco, na verdade a ideia é dar um panorama da origem e o porquê desse campo de estudo gênero e história, mas especificamente história das mulheres. No caminho a gente vai explicar um pouco porque gênero e história, e porque história das mulheres como coisas diferentes.

Para começar a pensar gênero e história, a gente tem que contextualizar o surgimento de toda uma perspectiva crítica em relação à história dentro de um conjunto de ações, um conjunto de mobilização que a gente pode dizer que foi característico dos anos 1960. A gente fala muito do movimento hippie, do movimento negro com toda a sua contribuição, inclusive para o movimento feminista, os movimentos pacifistas, libertários contra a guerra do Vietnã. E vai ser nesse contexto que ressurge o movimento feminista. Ressurge porque esse é um movimento que a gente costuma datar na Revolução Francesa. É no contexto da Revolução Francesa que as mulheres começam a se mobilizar por direitos e, em especial, no sentido de um rebater da declaração universal dos direitos do homem que, na prática, deixou de fora as mulheres.

Então, foi na Revolução Francesa o nosso grande exemplo de revolução democrática burguesa, em que direitos da cidadania foram definidos, foram estabelecidos, quando as mulheres foram excluídas formalmente. A Revolução Francesa para nós, mulheres, foi, na verdade, uma demarcação do que a gente estava fora, que a cidadania era masculina e não contemplava as mulheres. E um dos eventos muito significativo na Revolução Francesa é a declaração dos direitos da mulher, por Olympe de Gouges e sua agremiação, e o que a gente diz que foi a primeira vez que a Revolução Francesa tratou com igualdade as

mulheres quando colocou a Olympe de Gouges na guilhotina, tratou igualzinho como tratava os homens.

Mas é a partir da Revolução Francesa que a gente demarca o momento histórico do movimento feminista organizado. Esse movimento vai atuar, basicamente, no campo dos direitos civis, dos direitos políticos. No Brasil, começa na segunda metade do século XIX e vai ter uma força maior a partir de 1920 com a luta sufragista, 1932 com a conquista do voto, meio que esse movimento vai aliviando um pouco e direcionando mais para as campanhas eleitorais, e em 1937 ele tem o golpe final junto com todos os movimentos sociais, com o Estado Novo. Então, o movimento feminista, no caso do Brasil, entra num recesso, a nossa conquista da cidadania política, que aconteceu aí, dura até 1937, na verdade porque a partir daí até 1945, as mulheres, como toda a sociedade brasileira, vão estar cerceada no seu direito de cidadania.

Mas o que a gente chama cidadania civil vai ser conquistada somente em 1988, quando a constituição estabelece a igualdade na sociedade brasileira sem discriminação de geração, de sexo, de cor. É quando a gente conquista a cidadania civil. Mas esse movimento, que a gente costuma datar até os anos 1930/1940, inclusive internacionalmente, a gente costuma chamar como um feminismo bem comportado cuja preocupação principal era garantir direitos, inclusive de todos os marcos tradicionais, justificando que as mulheres necessitavam ter acesso à educação para exercer o seu papel de mãe, de uma forma mais aprimorada. Que as mulheres tinham que ter direito a votar, porque era a forma de contribuir com o seu país enquanto mães, muito nesse campo tradicional, e essa vai ser a lógica durante esse período.

O movimento que ressurgiu nos anos 1960, no pacote das contestações, vai trazer, principalmente, um questionamento do que hoje se chama das relações de gênero, mas, na verdade, era naquele momento uma divisão sexual do trabalho, uma divisão sexual da afetividade e dos comportamentos. A maioria das mulheres, nos países chamados ocidentais, chegou à conclusão de que elas tinham conquistado os direitos políticos, os direitos civis, mas elas continuavam sendo vítimas de violência, continuavam recebendo salários inferiores, continuavam discriminadas na sociedade, igualzinho a tudo agora, não é? Mas isso eu estou falando dos anos 1960.

Então, esse movimento vai trazer, principalmente, uma perspectiva de

mudança comportamental, de mudança nesse modelo tradicional de ser homem e ser mulher. E é exatamente por isso que esse feminismo vai ser revolucionário, e ele vai ser também rechaçado, porque o foco dele é o poder, a participação no poder. É esse feminismo que está nos movimentos sociais, vai chegar na academia, e ainda nos anos 1960 a gente vai ter, principalmente nos Estados Unidos, nas universidades, a criação dos grupos dos núcleos de estudos sobre a mulher. Nos anos 1970 essa mesma mobilização das universidades vai chegar na França e na Inglaterra. Na França, principalmente, com Michelle Perrot, no caso dos Estados Unidos os grandes nomes vão ser Joan Scott, Joan Kelly Gadol, Linda Nicholson, várias outras teóricas do feminismo, muitas recuperando o livro da Simone de Beauvoir, de 1949, que dizia: não se nasce mulher, se faz essa mulher, se constrói. E hoje a gente diz não se nasce nem homem e nem mulher. Os papéis de gênero são construídos na vida social.

O campo da história, que vai ser um campo muito refratário a esses estudos feministas, principalmente na teoria feminista, vai ter muita dificuldade. No Brasil é muito recente esse campo e ele ainda enfrenta o rechaço muito forte nas pós-graduações, nos programas de estudos, mas no campo da história o que as mulheres vão destacar, essas mulheres que vêm do feminismo, é a articulação com a política, pois quando a gente lê o texto da Joan Scott vai o tempo todo vendo que ela faz articulação com a política. Ela traz a discussão acadêmica com a política, a política é a militância, é a perspectiva do feminismo.

Então, as mulheres vão trazer exatamente a questão da invisibilidade que é das mulheres na história. A maioria de vocês já pegou uma história um pouco diferenciada. No meu tempo, a gente contava as heroínas, os registros ocasionais. Na Bahia, a gente tem Maria Quitéria, que se destacou porque vestiu uma roupa de homem, Joana Angélica porque foi defender a casa do Senhor, Ana Nery porque foi cuidar dos enfermos na guerra – olhe só o reflexo do trabalho doméstico –, a princesa Isabel pela abolição – e a gente pensa, quando essas heroínas aparecem, como elas aparecem, a Joana Angélica defendendo a igreja, nossa heroína defendendo o seu espaço, mas Maria Quitéria é desqualificada, porque se vestiu de homem, ela precisou se vestir de homem para participar da história, claro que tem todo o folclore que depois diz que ela foi atrás do namorado.

Então, quando é a história das mulheres sempre tem um motivo. A Anita

Garibaldi é outra heroína nossa que correu atrás do amante italiano, segundo a minissérie da Globo, lindíssimo, qualquer uma de nós correríamos, não é? Qualquer uma de nós largaria o marido bocó para correr atrás daquele Garibaldi. Mas só para mostrar como essas personagens aparecem sendo desqualificadas. Durante anos, a gente desqualificou a atuação da princesa Isabel no evento da abolição, hoje se busca trazer a atuação dela enquanto abolicionista, claro que dentro dos moldes de uma família aristocrática, que ninguém precisa dizer, mas não foi só aquilo de ir lá e assinar como se costuma dizer. Então, as mulheres quando aparecem, elas aparecem sempre de uma forma pontual, e geralmente desqualificada, e a história do Brasil adora isso, é marquesa dos Anjos, Chica da Silva, as mulheres não conseguem ou não mereceram esse registro.

Se a gente pensa na História Moderna e traz para a História Social, que é todo um campo mais recente, não tão recente, mas que foge a essa historiografia tradicional, a gente vai pensar a história dos excluídos, dos subalternos. E quando a gente vai ver os subalternos, os operários, a classe trabalhadora, tratada por nossos grandes historiadores, a classe trabalhadora não tem sexo, as mulheres não aparecem, os movimentos camponeses estudados pelos nossos historiadores não têm sexo. A gente pode até permitir que o Marx, quando estudou lá a classe trabalhadora, pensava num operário branco, adulto e inglês, mas o Engels vai, inclusive, ver que a classe trabalhadora que estava fazendo a Revolução Industrial, quase 40% da mão de obra era feminina.

Se a gente vem para a Bahia, o nosso processo de industrialização do início do século é basicamente indústria têxtil. A Bruschini fez um levantamento e 90% da indústria fabril, da mão de obra da indústria fabril da Bahia, no início do século, era feminina. Mas a nossa história continua sem ver as mulheres, a gente estuda a greve de 1919 na Bahia, a gente estuda um monte de coisas, as mulheres não existem. É exatamente essa invisibilidade que vai mover essas mulheres para pensar sobre essa exclusão, sobre o que a gente vai chamar, mais adiante, de cegueira de gênero, como os historiadores não viam e não pensavam as mulheres.

É o que a gente chama do surgimento de uma consciência sobre essa parcialidade androcêntrica, das explicações históricas supostamente universais, e hoje cada vez a gente questiona mais esse sujeito universal, branco, masculino, e na história do Brasil, a classe dominante. A gente tem uma piada, porque a

gente brinca muito. Uma vez estávamos eu e Cecília Sardenberg num congresso nacional fazendo lob – os lobs feministas – aí cansamos e ficamos na escada, e passava toda hora os digníssimos deputados, e, de repente, Cecília, que é muito debochada, disse: Você já viu a imagem do poder legislativo? Branco, barrigudo, careca, de paletó e gravata. E a história registra exatamente esse sujeito branco universal. Nossos estudos sobre a classe trabalhadora tratam como se as mulheres não existissem.

Tem um texto muito interessante de uma autora espanhola, Amparo Moreno Sardà, ela é da área de comunicação e tem um texto que fala do androcentrismo da história, e ela vai trazer uma crítica do que ela chama do arquétipo viril da História. A História pensa um tipo de homem, que é da classe dominante, que tem acesso ao poder e que controla esse poder, e ela diz: nesse modelo de homem não cabem também os chamados homens subalternos dentro desse modelo, não cabe negro, não cabe homossexual, não cabe pobre. A história gira em torno desse modelo, que é a centralidade do homem, ela é construída a partir de um modelo que é masculino. Mas esse homem não é você, não são os homens que a gente convive como a gente diz, não é um homem qualquer, é aquele homem que a História diz que é o especial. E aí, de novo, a gente volta para a nossa história, nossos heróis: Duque de Caxias, nosso herói da guerra do Paraguai, que dizem as más línguas que jamais botou o pé numa frente de batalha, mas é o nosso herói.

Aguado, que é uma autora espanhola, sintetiza os diversos questionamentos que toda essa mobilização em torno da História, através do movimento feminista, começa apontar. E ela diz que é possível fazer uma história rigorosa, complexa, crítica, globalizadora, sem ter em contas as relações de gênero, as diferentes práticas sociais de mulheres e homens, ou identidades sexuais como os elementos explicativos fundamentais da denominada história social. Como explicar e compreender a história sem levar em conta que seus protagonistas têm diferentes experiências de vida e práticas sociais em função, entre outros elementos, de sua identidade de gênero?

E o meu campo é a ciência política. Toda vez que a gente pensa em poder, em cidadania, em participação, o modelo é o masculino, que é participar na vida política dentro do molde tradicional na ciência política. É participar de um partido, direção desse partido, ser candidato a uma esfera de poder, estar

vinculado a alguma estrutura formal de poder e nós, mulheres, estamos fora ainda hoje. Nós temos pouco espaço no partido. Vocês devem ter visto – não sei se está passando mais tempo – mas hoje que eu vi uma propaganda do Tribunal Superior Eleitoral, que uma mulher começa a falar e é uma voz de homem, e ela diz: vamos seguir deixando que eles falem por nós? E aparece a estatística de que 9% dos cargos eletivos são ocupados pelas mulheres, ressalte-se que somos 52% do eleitorado. Então, estamos fora das instâncias formais de poder. A nossa forma de fazer política é distinta, por que não estamos no partido? Por que não estamos no sindicato? Porque quando somos trabalhadoras saímos do trabalho e temos a segunda jornada. Ana Alice não tem a segunda jornada, porque ela repassou para outra a sua segunda jornada, ela paga salário para outra, porque se ela não pudesse pagar salário para outra, ela ia dar conta da segunda jornada ou até mesmo da terceira jornada, que muitas mulheres enfrentam.

Então, a nossa relação com a vida social é diferente, a história tem que pensar isso. A nossa relação, por exemplo, com a máquina, quando a gente estuda classe trabalhadora e pega as estatísticas, diz que as mulheres faltam muito ao trabalho, que as mulheres adoecem, que as mulheres são mais sujeitas ao acidente de trabalho. E tem outro casinho que eu gosto muito de trazer: cinco horas da manhã, a família operária, o homem e a mulher acordam. Ele vai tomar banho, se preparar, senta para tomar café e sai para pegar o ônibus que vai passar. Ela vai arrumar a comida dos meninos, vai arrumar tudo o que tem, vai botar o café dele, preparar tudo para sair para o trabalho. Ele sai, pega o ônibus e acabou. Ela sai e vai maquinando o que Mariazinha vai fazer? Será que a minha mãe vai poder cuidar? Será que a minha irmã vai buscar na escola? E Zezinho, que está com febre, será que a minha mãe idosa vai poder dar conta?

Quando chega na fábrica, os dois batem ponto, ele bate o ponto e se desliga do mundo e vai para a máquina e tome-lhe produtividade. Ela está na máquina e continua pensando, o que está acontecendo lá em casa? Mas no meu bairro tem uma marginalidade imensa, o que eu faço pra controlar esse menino? E ela está ali na máquina, então, claro, que ela está mais sujeita a acidente. O menino ficou doente, mesmo que o salário dela seja maior, mesmo que ela tenha um cargo maior, é ela quem falta ao trabalho, ele nunca pode, claro. O menino brigou na escola, filho adolescente que virou maconheiro, é ela quem vai. Mas

a reunião é de pais e mestres, mas não tem homem, não é?

Então, quando vai estudar, as mulheres ainda hoje, claro que a gente ainda não tem a mesma relação com o mercado de trabalho, porque a gente não se livrou desse monte de coisa, e o historiador vai e pega tudo bonitinho, num modelo tradicional que ele tem dessa perspectiva androcêntrica e diz que as mulheres não participam da vida política, porque elas não estão no partido político, não estão na direção do sindicato. Mas elas estão na associação de morador, são elas que vão brigar pela bica d'água, pelo esgoto, pelo não sei o quê, isso a ciência política só recentemente que foi considerar participação política. Mas quando vai estudar a gente pega os documentos; historiador adora documento, se não tem o documento mofado, o documento escrito por um homem, que não considera importante as coisas que as mulheres fazem, e a gente trabalha. Teve um exemplo bem interessante: uma aluna do programa nosso, PPG NEIM, trabalhou a participação das mulheres, na greve de 1918, e dizia: professora eu não acho nada, não tem nada, não tem nenhum registro, só teve uma mulher que estava na direção do sindicato, não acontece nada. E eu disse: Vanessa, você não acha que isso é um dado importante? Pega as estatísticas e, exatamente, era uma greve da indústria têxtil.

A indústria têxtil, naquele momento, era basicamente feminina, teve greve e as mulheres não fizeram nada? Mas as mulheres ficaram em casa, imagine fazer greve e ficar em casa nas décadas de 1918 e 1919, era muito pesado. As mulheres ainda tinham um agravante: moravam na vila operária, a possibilidade de demissão era também a possibilidade de perder a casa. A vida das famílias operárias era regida pelo apito da fábrica e a fábrica tocava todos os apitos necessários para administrar a vida, para acordar, para tomar café, para chegar na fábrica, para dar plantão. A fábrica seguia tocando, e as mulheres não foram para a fábrica.

Mas os nossos historiadores dizem – ou não mostram – que as mulheres não fizeram a greve de 1919. Durante três dias, todas as lojinhas da rua Chile pararam. Eram lojas de roupa, chapelaria, costureira, todos com mão de obra feminina. As lojinhas pararam, mas as mulheres não participaram da greve, as mulheres não fizeram nada na greve, porque elas não estavam na direção. Exatamente, então, como é que a gente vai pensar essa História, como a gente vai escrever, como a gente vai pensar numa História total, que a gente não

consegue pensar esse outro sujeito que tem uma ação importante e a gente não consegue ver?

No final dos anos 1960 e 1970, essa mobilização nos Estados Unidos vai ser muito importante, e a Joan Scott tem vários trabalhos em que relata a articulação das mulheres, principalmente nas associações americanas de história, em vários outros países. A Scott é historiadora do campo da história social, muito ligada aos autores dos *Annales*; trabalhou muito sobre a história francesa, era seu o campo de atuação, principalmente no movimento operário francês, e a história da intelectualidade francesa. E a Scott vai começar a fazer uma crítica, principalmente dos seus trabalhos sobre a classe trabalhadora, em que ela não viu as mulheres, e vai começar a trazer um elemento questionador, que tem um instrumento teórico fundamental para a construção da história das mulheres, que é o conceito de gênero. E essa é o que a gente chama uma categoria analítica.

No movimento social, às vezes a gente faz umas besteiras e esse é o caso do Brasil. Quando o conceito de gênero chega ao Brasil, ele ainda não foi totalmente assimilado, o movimento de mulheres começa a falar gênero, gênero, gênero e, de repente, gênero passa a substituir mulheres em todas as demandas, inclusive em pautas de negociação sindical. Eu me lembro que a gente brincava muito, o que é reivindicação de gênero? Banheiro unissex, creche, mas creche é direito de homem e de mulher, não apenas direito da mulher. Então, assim, no campo político, a palavra gênero veio muito para apagar as lutas das mulheres. Na academia, ela serviu de biombo para esconder os estudos feministas. É muito mais fácil ser uma estudiosa de gênero do que uma estudiosa da teoria feminista – hoje já está bem mais suave – mas isso era muito complicado no Brasil. Mulher não tem importância, por que tem gente perdendo tempo estudando sobre mulher? O que tem a dizer? Geralmente era coisa ou de sapata, ou de mal amada, ou de mulher feia, como costumavam dizer.

Mas a Scott vai trazer uma discussão que, na verdade, não é o conceito de gênero, não é de Scott, ela sistematiza, mas no campo da teoria feminista vai ser Kate Millett, uma feminista norte-americana, no final da década de 1960, que vai trazer essa discussão usando um conceito, uma nomenclatura que foi usada por dois psicanalistas norte-americanos, para separar o que era biológico, do que era construção social. Então, gênero é exatamente isso, é uma categoria de



análise que a gente utiliza para separar o que é biologia. E a gente trabalha muito, principalmente, com movimento popular, com a questão dos estereótipos, dos modelos, ou das questões que a gente tem muito desconectadas da realidade.

Então, as mulheres são mais amorosas: é sexo ou gênero? É gênero, mulher pode matar, mulher pode fazer tudo, vocês viram que agora estamos ficando importante, estamos começando a chefiar o tráfico. Porque antes a gente não passava de secretária no tráfico de drogas, hoje estamos tomando poder, eu acho importantíssimo. Sou contra o tráfico, sou contra a bandidagem, mas nós temos que estar no poder, não importa se é lá, por que a gente tem que ser a secretária? Então, exatamente, nós também somos perversas, nós somos más, nós podemos ser violentas igual aos homens, o que a gente tem é um processo de educação que transforma a gente em boazinha, em chata e panaca, e transforma os homens em aventureiros, fortes, dinâmicos e dominadores. É a cultura e o que a Scott vai estar o tempo todo chamando atenção. Do mesmo jeito que nós somos afetivas, os homens são, eles só não tiveram a oportunidade de desenvolver, hoje estão desenvolvendo. É exatamente o que a Scott vai chamar atenção é que gênero é um elemento das relações sociais. Então, eu diria, biologia não tem mais nada a ver, até o sexo, bem é diferente o corpo do homem e da mulher. Hoje, a tecnologia do campo médico daqui a pouco não tem mais diferença nenhuma, a biologia está sendo transformada, mas vamos esquecer ainda a medicina.

Mas o que a gente tem de diferença: pênis e vagina. Pegando os dois extremos desse conjunto de relações de gênero, o que define a função, a força, o poder de cada um, ou não poder, não é o órgão em si, é a leitura que se faz sobre esse órgão. Então, a leitura que se faz da vagina é que ela é passiva; a leitura que se faz de um pênis é que ele é ativo. Cultura, essa vagina pode ser tão ativa como qualquer pênis, e o pênis pode ser tão passivo como a gente pode imaginar. Gênero é uma relação, é um elemento que faz parte de todas as relações sociais e ele é, principalmente, construído a partir dessas diferenças percebidas, diferenças vistas e não uma diferença biológica, como se vê essa diferença.

E gênero é um modo primário de significar relações de poder. Tem um monte de estudiosos de gênero e muitos homens que agora estão entrando nesse campo de gênero, que implica em relações assimétricas de poder, mas então a gente

pergunta, sim, mas nessa relação assimétrica, historicamente, quem é que está na inferioridade? Apresente-me uma sociedade em que as mulheres estão numa posição distinta nessa relação. Estou falando de sociedade, de coletividade, todo mundo tem um casinho da minha mãe que sempre foi poderosa, da minha avó que mandava na zona rural, coletivamente, as mulheres sempre estiveram subalternas. O que a gente vai dizer é que essas relações de gênero, relações de poder, elas são relações patriarcais, porque o eixo dela é masculino. O que está em torno dessa relação o que define é uma ideia de uma superioridade masculina, ou de tudo aquilo que tem a ver com o masculino, o que a Amparo Moreno chama de androcentrismo: o homem é o foco dessa atenção.

Scott vai dizer que esse conjunto, esse conceito que envolve relações de poder, e envolve relações sociais, as diferenças entre as relações sociais, é formado do que ela chama de elementos constitutivos, os símbolos, nossa senhora e a puta, os extremos, nós todas. Todo o mundo espera que a gente seja uma nossa senhora, ou que a gente seja uma puta, e esse dilema é a vida das mulheres, ainda hoje as mulheres são catalogadas nesses dois extremos. E é o que se espera, que ela seja uma mãe de família, um modelo de família, e ao mesmo tempo ela seja a gostosa, a piriguete.

Existe um conjunto de símbolos que define o que é essa mulher, a mulher maravilha que não é a gostosa do desenho animado, mas a mulher maravilha que dá conta das jornadas de trabalho. Os conceitos normativos que definem evidenciam as interpretações e os significados dos símbolos, as doutrinas religiosas, as regras sociais, científicas, políticas. Todo esse conjunto de definições, de normas, de regras, o que é masculino, o que é feminino, a camisa de força das mulheres, a camisa de força dos homens, o que é ser feminina, o que é ser masculino, tudo isso são definidos nesse campo dos conceitos normativos.

A política, as instituições, as organizações sociais, as noções e referências que devem ser incluídas nas análises quando se vai usar essa categoria e, principalmente, a identidade subjetiva. Como a gente se coloca, como a gente se vê, e como essa identidade de gênero aparece, se a gente pensa as mulheres enquanto uma identidade de gênero, os homens, os gays são modelos que estão, mas o conceito de gênero não está grudado no nosso corpo, ele está na sociedade, gênero está presente no Estado, nas instituições políticas. Para

que coisa mais patriarcal do que um partido político, do que um sindicato. O partido político não importa, esquerda, direita, tudo a mesma coisa. Quem está no partido sabe como é, na hora da exclusão, exclui mesmo, claro que tem o outro lado, como nós mulheres, reproduzimos tudo isso.

Vocês podem me dar o troco, eu estou o tempo todo aqui massacrando os homens, pode alguém achar chato lá atrás e gritar: sim, mas vocês são mães da outra metade, vocês são 90% das professoras do Ensino Fundamental, e toda psicologia diz que são nos primeiros oito anos que se define a personalidade. Nos primeiros oito anos os meninos e as meninas estão sob a total responsabilidade das mulheres. As mães, as professoras, as tias estão do nosso lado como reprodutoras de todo esse conjunto ideológico cultural chamado gênero, é muito importante. Não é só o outro, é como a gente se coloca para nesse campo pensar. Gênero vai ser um elemento muito importante nesse novo campo da história, não só para pensar a história das relações de gênero, a história da vida privada. Hoje tem muita gente trabalhando a história das masculinidades, a história da homossexualidade, todo o campo que a gente chama do público e do privado, que é uma outra questão que o gênero vem trazer, que é exatamente essa tênue divisão entre público e privado. Os historiadores não viam as mulheres, porque o campo de atuação das mulheres é o privado, só viam os homens que estão no público, mas a atuação das mulheres tem a ver com o público e com o privado, e onde esse deslocamento acontece, mulheres e homens convivem nesses dois espaços. Essa discussão de gênero vai ter uma resistência grande na academia, no primeiro momento, principalmente a resistência com os historiadores do campo marxista, porque o definidor é a classe, qualquer outra coisa – gênero e raça – que aparece é para dividir a unidade, a assimilação desse conceito de gênero ainda hoje enfrenta barreiras muito resistente na academia. Acho que há uma barreira menor, ela vem sendo diluída, paulatinamente, em relação à questão de raça, mas a questão de gênero permanece muito com essa resistência.

A invisibilidade das mulheres está nas fontes ou é uma cegueira de gênero? E a gente volta para o exemplo da dissertação da Vanessa sobre movimento operário na Bahia. A fonte não mostra as mulheres, a fonte escrita formal tradicional, o jornal, o documento do sindicato, não mostra. Mas os dados estatísticos da composição da classe trabalhadora são dados reais, as

informações que se tem, que se coleta, que se busca sobre onde vivem, como vivem e o que faz a classe trabalhadora, quem é essa classe trabalhadora está ali explícito. O que importa é o que a gente vai chamar exatamente um olhar de gênero, um olhar que elimine essa névoa e que a gente consiga pensar esse outro lado.

A história das mulheres é um momento de reconstrução de trazer à história, e aquele livro da Perrot e aquela coleção, a história das mulheres. É muito interessante nesse sentido. Ela vai mostrar, através de vários trabalhos, várias autoras onde a história não viu as mulheres, e se a gente pensa na história do Brasil eu costumo fazer um deboche, vou fazer em público que, geralmente eu, só faço na minha sala de aula. Professor João Reis, que tem aquele livro maravilhoso a Revolta dos Malês, não viu as mulheres. Tem uma parte que ele diz que na deflagração da revolta as mulheres levavam os recados, as mulheres faziam isso, faziam aquilo, as mulheres fizeram o trabalho delas, elas eram vendedoras e elas levavam só o recado, então elas não tinham participação. E a gente pensa o que é naquele momento a comunicação, que a gente não tinha celular, que a gente não tinha isso, não tinha aquilo, o significado, o risco que aquelas mulheres correram levando aquilo, então é a cegueira de gênero. A gente não vê, está ali, a fonte está mostrando e a gente não vê porque a gente não quer ver, e porque a gente tem uma cultura de cegueira, que isso não é importante, isso é coisa de mulher.

Ângela, que é professora de biologia e professora do NEIM, mostra na biologia como isso é importante. As mulheres não têm destaque na biologia, mas o nosso treinamento de dona de casa, de cozinheira, hoje os homens estão adquirindo esse treinamento. As mulheres sabem identificar o que está fervendo, o que está cru, o que está cozido; pela cor do caldo, ela sabe o que precisa, o que não precisa, quase todas as mulheres sabem tudo isso. Ângela diz que isso na biologia é fundamental, os homens são socializados, por exemplo, para não identificar cores, quando a gente chega num lugar e pergunta: fulano, que cor é a sua camisa? Vermelha. Aí pergunta a uma mulher, coral, pergunta a outra, laranja. Porque a gente é socializada valorizando essas coisas, então a gente identifica isso. Na química, na biologia é fundamental, esse olhar nosso.

Se nas ciências sociais, se nas ciências humanas o nosso olhar não vai ser treinado para ver isso, a gente não vai ver, do mesmo jeito que a biologia não

leva em conta esse nosso olhar especializado. Então, a invisibilidade, muitas vezes, não está na fonte, a invisibilidade acontece por conta da cegueira. A questão dos arquivos privados e seus problemas, a história da mulher, a história da vida privada, a história das relações de gênero, a história da sexualidade, lançam muito dos chamados arquivos privados, só que as mulheres têm outro problema, também tem a ver com o gênero, com socialização da relação social. Primeiro, a gente demorou muito de escrever, de ter acesso à escola, então a gente não tinha essa memória, e as mulheres têm mania de destruir a sua memória escrita, acabou com aquele namorado ou casou, a primeira coisa que ela faz é tocar fogo na agenda para que o marido não saiba o que ela fez antes.

Existem registros nas histórias importantíssimos, tem um conjunto de cartas das filhas do Marx que foram publicadas bem recentemente e que não são consideradas importantes, porque elas descrevem o cotidiano da casa, elas mostram o que era a vida dele, o que era o cotidiano. Isso não tem importância, porque, inclusive, aquilo atingia a imagem do grande intelectual, a História apaga, mostra que ele ia no banheiro, que ele não gostava de banho, isso atinge a imagem. Mas são memórias, registros que as mulheres, geralmente, não guardam, a gente não preserva, a gente tem uma tia velha que escreveu muito, a gente pega o baú e toca fogo. Para que isso serve? Historiador ia atrás dos documentos dos arquivos, nós que estudamos história do cotidiano, esses documentos são fundamentais, mas as mulheres jogam fora.

A professora aqui tocava fogo nas cartas, acabou o amor, a prova de que o amor acabou é tocar fogo nas cartas, e você perde exatamente. Uma vez teve uma professora em Vitória da Conquista, ela deve estar com uns 80 anos, era paulista, casou com um baiano e veio, e trocava correspondência com o pai. Ela tinha tudo da Revolução Constitucionalista em São Paulo, a conversa dela com o pai, imaginem o valor histórico desses documentos, e é exatamente o problema dos arquivos privados que as mulheres geralmente dão fim. E esses arquivos vêm sendo recuperados para que possamos trabalhar essa nova história.

Um papel muito importante é a história oral e o campo da história tradicional tem muito preconceito, mas é a oralidade das mulheres que merece um registro especial. Tem um texto da Perrot que, inclusive, fala como a história das famílias foi passada, como a cultura, a organização social de determinadas comunidades foram passadas através da memória das mulheres. Hoje, por exemplo, no

movimento negro, os estudiosos de toda a questão religiosa, do papel do negro e da negra na sociedade brasileira vêm, inclusive, trabalhando essa questão da oralidade das velhas, da história das velhas, como você recompõe. E a gente não imagina o quanto ela tem um significado. Um exemplo bem passado e que a gente não se toca são todas as historinhas infantis de princesa. A princesa nunca tem uma mãe, sempre tem uma madrasta, aquela que substitui a mãe, geralmente perversa, mas as princesas não têm mãe. E quando a gente vai localizar o período histórico, cultura e morte, morte materna, a oralidade se passa e vai construindo essas histórias como vão sendo passadas, uma questão que era fundamental na antiguidade, a morte materna.

Então, era comum a madrasta também morrer de parto, iam revezando que essa era a história das mulheres e a história oral vai trazer um importante papel. Outro tipo de documento muito importante são os registros policiais. Por incrível que pareça, os registros policiais geralmente não falam da vida privada, mas ao retratar, ao descrever a transgressão, eles trazem muitos detalhes, não sei se vocês conhecem aquele livro do Beto Heráclito sobre a Bela Époque na Bahia, Salvador, é muito interessante como ele vai trabalhar, como é que o jornal, a menina que perdeu a virgindade e o pai vai dar queixa na polícia. O registro policial descreve todo um contexto cultural e moral da cidade que pode ser uma fonte; as histórias de suicídio são documentos que fogem ao documento tradicional oficial que a gente tem que ver.

No Brasil, a gente tem como marco vários trabalhos que foram publicados, principalmente em biografias sobre mulheres, mas dentro de uma perspectiva de história das mulheres e dessa questão mais do coletivo, da ação coletiva das mulheres, a gente costuma identificar o livro da Maria Odila Dias, Quotidiano e poder em São Paulo do século XIX. Maria Odila, inclusive, tem vários textos de discussão metodológica; são textos muito interessantes sobre gênero, mulheres e a questão da história. Outro livro que é bem próximo, A condição feminina no Rio de Janeiro no século XIX, antologia de textos de viajantes estrangeiros, de Miriam Moreira Leite, e Do cabaré ao lar, que foi um dos livros muito importante nesse processo, de Margareth Rago, traz um pouco da discussão da prostituição.

Um dado muito importante que a gente marca como registro é a publicação da Revista Brasileira de História, um número especial sobre a mulher no

espaço público, organizado pela Maria Estela Martins Greiciane, por deslanchar vários trabalhos. Esses são os trabalhos, dessa época, que vão se desenvolver mais no país. Temos algumas historiadoras, mulheres mesmo, em alguns programas, em alguns cursos que começam a publicar, e as mulheres vão tentar institucionalizar esse campo. A primeira institucionalidade é o Simpósio Nacional da Anpuh em 2001, que é criado pelo Grupo de Trabalho (GT) de estudos de gênero e Raquel Soihet foi a primeira coordenadora, em 2002, do GT de gênero na Associação Nacional de História (ANPUH), somente em 2000 em 2006(?), mais ou menos, quando foi criada a primeira linha de história das mulheres no programa de história da UNB, com Tânia Swain. Mas como linha de pesquisa, linha de concentração, ainda hoje no programa interdisciplinar de Santa Catarina, tem uma linha muito forte de história com a Joana Pedro.

As historiadoras brasileiras de destaque – eu não botei baianas, porque farei a parte – que tem mais produzido no Brasil, no sentido de uma militância, da institucionalidade, são a Raquel Soihet, a Joana Pedro, a Maria Isilda, Sueli Costa que estão mais na frente na questão de institucionalizar, na Capes, no CNPq, no Conselho da Mulher. Na Bahia – vou fazer um pouco de marketing – a primeira disciplina oferecida num Programa de Pós-Graduação (PPG) foi gênero e história no PPG de história, que eu ofereci, por isso que eu digo que eu não sou historiadora, mas foi pela militância. Maria Hilda quando assumiu o programa disse: não é possível que a gente vá seguir sem oferecer uma disciplina, e na época não tinha nenhum historiador ou historiadora que trabalhasse a questão de gênero.

E eu disse: “mas Maria Hilda não é minha área”; “mas você se vira porque você vem de gênero”, respondeu ela. Eu já dava aula na Pós-Graduação de Ciências Sociais, com a disciplina Gênero e Poder, e sempre tive um pé muito grande na História, porque eu acho que não dá para a gente estudar o poder, a participação política sem pensar na história; fui, meti as caras para construir um programa e estudando, e acho que consegui dar uma contribuição importante. No início desse ano, eu pedi desligamento do Programa de História, porque acho que já tem gente suficiente para dar conta no curso de História dessa disciplina. Continuo oferecendo através do PPG-NEIM; ofereço gênero e história, que alunos e alunas de História estão fazendo, mas essa disciplina foi oferecida pela primeira vez em 2003. Márcia Barreiros já ofereceu na

Universidade Católica, ela sempre está oferecendo na Universidade Estadual de Feira de Santana; Cláudia Vieira ofereceu na Universidade do Estado da Bahia em Jacobina.

São algumas historiadoras, tem muitas. No PPG de História da UFBA tem as teses defendidas, e hoje vemos que tem muitas teses defendidas por homens e mulheres que estão trabalhando a questão de gênero na história. Houve um crescimento, muito dessas historiadoras tem publicado muito. Eu coloquei essas, mas tem o Beto (Alberto Heráclito), que tem um destaque maior nas articulações nacionais no campo da História. A Márcia, que eu acho que é a pessoa que mais tem reconhecimento na área de gênero e história e história das mulheres na Bahia. Ela tem uma produção muito importante; a Cláudia recentemente terminou o doutorado, mas vem publicando muito, principalmente sobre sufragismo, mulheres e movimentos urbanos. A Elizabete Rodrigues trabalha com mulheres charuteiras nas áreas do Recôncavo, Ioli Vanin trabalhou masculinidade no mestrado e depois as mulheres na medicina; ela vem trabalhando muito com essa questão da construção de papéis de gênero. Adriana também trabalha com movimentos sociais, o Beto Heráclito tem uma produção muito significativa de história do cotidiano, pensando Bahia na primeira metade do século; a Andréia trabalha gênero com infância e adolescência; e Lina trabalha mais na questão do regionalismo, mas recentemente vem trabalhando muito gênero e literatura, inclusive dando aula sobre mulher na América Latina, com ênfase nessa questão.

Uma bibliografia básica que trabalhei um pouco para que possamos discutir aqui. Obrigada.